



**Tribunal de Justiça  
do Estado do Maranhão**

**CLIPPING IMPRESSO**

**03/02/2018**

# INDICE

---

1. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
1.1. CAMPANHA DE COMBATE À VIOLÊNCIA.....	1 - 2
1.2. DESEMBARGADOR.....	3 - 4
1.3. JUÍZES.....	5
2. JORNAL O ESTADO DE SÃO PAULO	
2.1. UNIDADES ADMINISTRATIVAS .....	6 - 8
3. JORNAL O IMPARCIAL	
3.1. JUÍZES.....	9
3.2. PRESIDÊNCIA.....	10 - 12
4. JORNAL O QUARTO PODER	
4.1. VARA CRIMINAL.....	13
5. JORNAL PEQUENO	
5.1. FÓRUM DE SÃO LUÍS.....	14
5.2. JUÍZES.....	15 - 17
5.3. PLANTÃO NO TJMA.....	18
5.4. PRESIDÊNCIA.....	19 - 21
5.5. SERVIDOR PÚBLICO.....	22

# Poder Judiciário combate violência contra as mulheres

Campanha para o período carnavalesco visa estimular o respeito aos direitos das mulheres e está sendo desenvolvida com materiais de divulgação e impressos

**C**om o objetivo de estimular o respeito aos direitos das mulheres e combater todas as formas de violência, especialmente no período carnavalesco, o Poder Judiciário do Maranhão está realizando uma campanha por meio de materiais de divulgação, impressos e virtuais, junto à comunidade.

O Tribunal de Justiça (TJMA) e a Corregedoria Geral da Justiça (CGJMA) também utilizam as redes sociais dos órgãos para divulgar mensagens de estímulo ao respeito e ao combate de violências durante o

período carnavalesco.

Na quinta-feira, 1º, o presidente do TJMA, desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos, recebeu da juíza Titular da 2ª Vara da Mulher, Lúcia Helena Heluy, a camisa da campanha institucional e manifestou seu apoio e dos demais membros do TJMA na busca do fortalecimento das redes de combate à violência contra as mulheres.

“Estamos unidos à Corregedoria, varas e aos demais órgãos públicos nesse trabalho, que é de muita relevância social e precisa ser

enfrentado conjuntamente pelas instituições”, avaliou.

O corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho Silva, também manifesta preocupação em relação à questão da violência contra as mulheres no Estado, afirmando que a Justiça trabalha para garantir que os pedidos em favor das mulheres sejam atendidos em tempo hábil.

“No período carnavalesco, são registradas muitas denúncias de agressões a mulheres, e é preciso que o Estado atue para reduzir esse índice”, ressaltou. ●

.....  
**Divulgação é feita  
também em  
redes sociais**  
.....

.....  
**O presidente  
do TJMA  
manifestou apoio**  
.....



A juíza Lúcia Heluy e o presidente do TJ, Jose Joaquim, exibem camisa

## TJMA recebe de uma só vez três novos *desembargadores*

● PÁG. 2



Os novos desembargadores Luiz Gonzaga Almeida Filho, Josemar Lopes dos Santos e José Jorge Figueiredo dos Anjos

Fotos/Divulgação/Ribamar Pinheiro



Os novos desembargadores com o presidente do TJMA, em gesto de união e força; no detalhe, José Jorge com sua mãe, que agora tem dois filhos na Egrêgia Corte

## FESTAS NO TJMA *e uma celebração com jantar festivo entre amigos*



O Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão (TJMA) tem, desde sexta-feira 26, três novos desembargadores – Luiz Gonzaga Almeida Filho, José Jorge Figueiredo dos Anjos e Josemar Lopes dos Santos, cuja posse ocorreu com uma concorrida solenidade na Sala das Sessões Plenárias do TJ.

Os três magistrados, que já haviam sido oficialmente empossados nos cargos em 13 de dezembro, foram agraciados com o Diploma e a Medalha Especial do Mérito Cândido Mendes pelo presidente da Corte, desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos.

Eles elevaram para 30 o número de membros da Corte, conforme a Lei Complementar nº 199/2017, publicada no dia 8 de novembro de 2017.

No mesmo dia, à noite, o desembargador José Jorge comemorou a posse solene com um jantar que reuniu sua família e alguns amigos.



Mizzi Gedeon com o pai Jamil Gedeon Neto



Maria da Graça e João Nunes Neto



Manuel Plantier e Francimar



Newton Ramos Neto e Camila



Marcos Braid e Chames



José Jorge Figueiredo dos Anjos e Karina Jansen com Telma e José Joaquim Figueiredo dos Anjos

# Justiça decreta preventiva de médico acusado de omissão

Ele havia sido preso na quinta-feira por ter se recusado a atender um recém-nascido, procedente de São Bento, que morreu dentro da ambulância na porta do Hospital Materno Infantil em Pinheiro

O médico Paulo Roberto Penha Costa, de 44 anos, ainda nesta sexta-feira, 2, estava preso na Unidade Prisional de Ressocialização (UPR) de Pinheiro, agora com prisão decretada pela juíza da Comarca, Tereza Cristina Palhares. O médico foi preso na quinta-feira, 1º, após ter se negado a atender um recém-nascido, que havia chegado ao Hospital Materno Infantil de Pinheiro, vindo da cidade de São Bento. A criança teria morrido dentro da ambulância, na porta da casa de saúde.

A delegada Karla Daniele Moraes, da cidade de Pinheiro, informou que, ainda no período da manhã de sexta-feira, a polícia foi informada de que o Poder Judiciário havia convertido o auto de flagrante em prisão preventiva. "No auto de flagrante foi arbitrada a fiança no valor de 50 salários mínimos, mas, agora, ficou inafiançável, porque a justiça já decretou a preventiva do acusado", explicou Karla Daniele Moraes.

Ela disse ainda que a Justiça entendeu que o profissional, mesmo ciente da situação do recém-nascido, assumiu o risco de morte ao negar atendimento, sob o argumento de que o paciente era oriundo da cidade de São Bento. Ainda segundo a delegada, o médico foi preso e autuado em flagrante pelo crime de homicídio culposo, mas pode responder por homicídio doloso mediante a denúncia que será feita pelo Ministério Público.

Ainda na quinta-feira, 1º, a Polícia Civil encaminhou o corpo do recém-nascido para o Instituto Médico Legal (IML), em São Luís, para



Médico Paulo Roberto Penha Costa, que teve preventiva decretada

ser autopsiado, e esclarecer se a criança já havia chegado morta ao Hospital Materno Infantil de Pinheiro. Há um vídeo circulando na rede social em que uma enfermeira, que estava na ambulância de São Bento, afirmava que o recém-nascido quase não tinha batimentos cardíacos e precisava de atendimento urgente.

O pai da criança, Luís Chagas, pediu uma ação judicial, por acreditar que o seu filho morreu pela falta de atendimento médico. "A minha família está triste e esperamos que a Justiça seja feita pela morte do meu filho na porta do hospital", desabafou Luís Chagas.

O advogado do médico, José de Alencar Macedo, declarou, em entrevista à TV Mirante, que o seu cliente não cometeu omissão de socorro. "Foi achada a ampola de uma

substância dentro da ambulância, que informa que a criança estava morta, possivelmente. Os atendentes que trouxeram o bebê de São Bento não entraram no hospital, porque não tinham mais pressa", disse José Macedo.

Ainda na sexta-feira, a Prefeitura de São Bento informou, por meio de nota, que desconhece os motivos de o paciente não ter sido atendido no Materno Infantil de Pinheiro, uma vez que paga R\$ 135 mil para aquela Prefeitura. Esclarece ainda que não houve qualquer irregularidade no transporte do paciente, que estava acompanhado de duas técnicas de enfermagem.

## Caso

Na madrugada da última quinta-feira, os militares foram informados de que havia uma ambulância

Divulgação

## SAIBA MAIS

### Médico é preso por furar blitz

Também na noite de quinta-feira, 1º, foi preso o médico Jesus Torres, acusado de ter furado uma blitz policial, na cidade de Governador Newton Bello. No momento da abordagem, o detido estava em companhia de um adolescente, idade não revelada. Ainda de acordo com as informações do major Brito, da Polícia Militar, o médico foi apresentado na Delegacia Regional de Zé Doca, onde foi autuado.

com um recém-nascido correndo risco de morte nos braços de sua mãe, Gracineide Rodrigues, na porta do hospital de Pinheiro e o médico plantonista estaria se recusando a atender o paciente pelo fato de ter vindo da cidade de São Bento.

No local, os militares foram recebidos por uma enfermeira, nome não revelado, e informados de que o hospital não recebe pacientes de São Bento. Os policiais ainda tiveram o acesso negado para falar com o médico plantonista. Após a morte da criança, os militares tiveram que ir até o local onde estava o médico e efetuou a sua prisão por omissão de socorro. ●

# Auxílio-moradia custa R\$ 817 mi à União

Valor se refere a pagamento do benefício nos três Poderes em 2017; neste ano, gasto deve chegar a R\$ 831 mi, segundo previsto no Orçamento

**Renan Truffi**

**Daiene Cardoso** / BRASÍLIA

Um levantamento feito pela Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle do Senado mostrou que a União gastou aproximadamente R\$ 817 milhões em 2017 com o pagamento de auxílio-moradia nos três Poderes: Legislativo, Executivo e Judiciário. Os dados constam do site Siga Brasil, sistema de informações sobre orçamento público federal, e foram coletados em dezembro. No total, o impacto financeiro do benefício nos gastos públicos ultrapassa os R\$ 4,3 bilhões nos últimos oito anos.

Em 2018, a União deve gastar R\$ 831 milhões, segundo previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA), aprovada pelo Congresso em dezembro. Mas isso não significa que a União vai pagar, efetivamente, esse total. No ano passado, por exemplo, o Congresso havia autorizado R\$

865 milhões em gastos com auxílio-moradia, mas o total pago ficou em R\$ 817 milhões – valor atualizado pela inflação tendo como base o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (IPCA).

O debate sobre o peso do auxílio-moradia no Orçamento da União ocorre após virem a público casos de magistrados que recebem o benefício mesmo tendo domicílio próprio nas cidades em que atuam.

O auxílio foi garantido por liminar do ministro Luiz Fux, do Supremo Tribunal Federal, a juizes de todo o País em 2014. O pagamento foi estabelecido pela Lei Orgânica da Magistratura, de 1979. Pelo texto, além do salário, magistrados dispõem desse direito “nas localidades em que não houver residência oficial à disposição”. Anteriormente, a categoria incluiu a discussão do tema em uma manifestação realizada em Brasília.

Entretanto, não é apenas no Judiciário que os agentes públicos podem requerer o benefí-

cio. Tanto integrantes do Legislativo como do Executivo podem ter acesso ao pagamento. Em 2017, o maior montante foi pago pelo Executivo. Foram R\$ 330 milhões de despesas com o benefício, concedidos a agentes públicos civis e militares, no Brasil ou no exterior.

O Judiciário foi o segundo poder que mais custeou o auxílio-moradia para seus membros, com R\$ 291 milhões gastos, seguido do Ministério Público – R\$ 108 milhões. O Legislativo garantiu R\$ 10 milhões em pagamentos deste tipo.

**Evolução.** O mesmo levantamento realizado pela consultoria do Senado apontou que o custeio de auxílio-moradia subiu de R\$ 75 milhões em 2010, nos três Poderes, para R\$ 817 milhões no ano passado, em valores reais. O aumento mais significativo ocorreu entre 2014 e 2015, quando Fux concedeu a liminar beneficiando todos os magistrados. Em 2014, a União

gastava R\$ 363 milhões; em 2015, R\$ 820 milhões.

“É possível observar uma trajetória de crescimento dos gastos, com salto considerável entre 2014 e 2015. O referido salto é decorrência de decisões do Supremo Tribunal Federal que beneficiaram membros do Judiciário, concedendo-lhes direito à percepção do auxílio-moradia, e de consequentes normas do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público”, diz o estudo.

O Congresso gastou, em média, R\$ 810.930,95 por mês em 2017 com auxílio-moradia para deputados e senadores. Na Câmara, 151 parlamentares que não utilizam apartamentos funcionais têm direito a receber o benefício – 70 recebem em espécie e 81 pedem reembolso.

Segundo a assessoria da Câmara, “as normas que regulamentam o auxílio-moradia não condicionam a concessão do benefício à inexistência de imóvel próprio” no Distrito Federal. No Senado, 16 parlamentares pedem o auxílio de R\$ 5,5 mil. Em dezembro, a Casa gastou R\$ 79.933,33 com o benefício e, nos demais meses do ano, a média de gasto foi de R\$ 87.822,58.

**Forças.** Após o comandante da Marinha, Eduardo Bacellar Leal Ferreira, defender, em entrevista ao **Estado**, a volta do auxílio-moradia para militares, o presidente Michel Temer considerou “justa” a reivindicação. Temer disse ao **Estado** que ainda não há decisão, mas que os militares têm “defasagem salarial”.

## Benefício compensa falta de reajuste a juízes, afirma Moro

● Magistrado responsável pela Lava Jato na primeira instância, Sérgio Moro defendeu ontem o pagamento de auxílio-moradia como forma de compensar a falta de reajuste salarial a juízes federais. “O auxílio-moradia é pago indistintamente a todos os magistrados e, embora discutível, compensa a falta de reajuste dos vencimentos desde 1º de janeiro de 2015 e que, pela lei, deveriam ser anualmente reajustados”, disse o juiz, segundo o jornal *O Globo*. Moro recebe o benefício, hoje no valor de R\$ 4.377, embora tenha imóvel próprio em Curitiba, conforme informou o jornal *Folha de S.Paulo*. Em 2014, decisão liminar do ministro Luiz Fux, do Supremo Tribunal Federal, estendeu o benefício a todos os magistrados. O auxílio-moradia foi regulamentado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) em 2014, após a decisão liminar de Fux.

ANDRE DUSEK/ESTADÃO-1/2/2018



**Mobilização.** Entidades representativas de procuradores e juízes fizeram ato, anteontem, no STF em defesa de suas categorias

## PARA LEMBRAR

### TJs pagam mais 'penduricalhos'

Levantamento do *Estadão Dados*, com base em informações divulgadas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), publicado pelo **Estado** em 24 de dezembro, mostrou que magistrados estaduais recebem mais "penduricalhos" do que juízes auxilia-

res e ministros de tribunais superiores, em Brasília. De auxílio-moradia a "auxílio-livro", essas indenizações nos contracheques de juízes e desembargadores dos Tribunais de Justiça (TJs) chegam a ser mais do que o dobro pago a integrantes do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e do Superior Tribunal Militar (STM). Em média, a diferença é de R\$ 5 mil ante R\$ 2,3 mil.

## CASO DO BEBÊ . . . . .



### Justiça determina prisão preventiva a médico de Pinheiro

Ministério Público do Maranhão (MPMA) entrou com pedido de prisão preventiva contra o médico Paulo Roberto Penha Costa, acusado de se recusar a prestar socorro a um bebê de apenas um dia de vida, enquanto estava de Plantão no Hospital Materno Infantil da cidade Pinheiro, na madrugada da última quinta-feira (1º).

Segundo o promotor que acompanha o caso, Frederico Bianchini, o pedido foi deferido pela juíza da 1ª Vara da Comarca de Pinheiro, Tereza Cristina. “Assim que chegaram os autos de prisão em flagrante aqui no Ministério Público, a manifestação inicial foi a conversão em prisão preventiva”.

A juíza de Pinheiro também recusou o pedido de redução de fiança requerido pelo advogado de defesa do médico. Ela manteve a decisão de fiança arbitrada pela Delegacia Regional de Pinheiro, no valor de 50 salários mínimos (aproximadamente R\$ 47 mil) para que o médico responda pelo processo em liberdade.

Paulo Roberto será indiciado pelo crime de homicídio com dolo eventual, quando se tem uma previsão do resultado e ainda assim decide prosseguir com a conduta. “O investigado [Paulo Roberto] agiu com dolo eventual e não com culpa, pois mesmo ciente da situação do recém-nascido, assumiu o risco de sua morte ao negar atendimento sob o argumento de que era paciente de outra cidade”, proferiu a juíza nos autos.

Caso Paulo Roberto seja

#### OMISSÃO DE SOCORRO

O bebê foi encaminhado do hospital de São Bento a Pinheiro por insuficiência cardíaca. Ao chegar no hospital, os plantonistas não deram entrada no quadro do bebê por afirmarem não estar recebendo pacientes de outras cidades. Um das técnicas de enfermagem o acompanhavam na ambulância acionou a Polícia Militar para relatar o ocorrido. No local, a polícia pediu para falar com a direção do hospital, mas, como não havia ninguém, tentou falar com o médico plantonista Paulo Roberto. Mas este se recusou a sair da sala para atender à criança, mesmo sabendo que se encontrava já à beira da morte. A polícia então encaminhou o médico à delegacia por omissão de socorro.

A direção do hospital recusou a versão apresentada pelos policiais. Disse em nota pública que não se trata de um caso de omissão de socorro, pois o recém-nascido já havia chegado ao hospital sem vida e que a inteira responsabilidade recai sobre o médico de São Bento, que autorizou o encaminhamento do bebê. O caso segue sendo investigado pela Polícia Civil de Pinheiro.

condenado por homicídio com dolo eventual, deverá responder por 6 a 20 anos de prisão em regime fechado. “Agora o procedimento é aguardar a conclusão das investigações para verificar quais as ações cabíveis”, finaliza o promotor.

## ELEIÇÕES2018 ELEIÇÕES2018 ELEIÇÕES2018 ELEIÇÕES2018

GILSON TEIXEIRA / DIVULGAÇÃO



## TRE empossa Mesa que comandar\u00e1 pleito 2018

Os desembargadores Ricardo Duailibe e Cleones Cunha foram empossados nos cargos de presidente e corregedor do Tribunal Regional Eleitoral do Maranh\u00e3o. Posse contou com a presen\u00e7a de Fl\u00e1vio Dino (**foto**).

POL\u00cdTICA

# TRE empossa nova Mesa Diretora

Os desembargadores Ricardo Duailibe e Cleones Cunha foram empossados solenemente. Nova Mesa Diretora do tribunal garante que irá trabalhar com dignidade e ética

PAULO DE TARSO JR.

Os desembargadores Ricardo Duailibe e Cleones Cunha foram empossados solenemente nos cargos de presidente e corregedor do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão (TRE-MA). A solenidade foi realizada no fim da tarde de ontem (2) no plenário Ernani Santos, na sede do TRE-MA, no bairro da Areinha. Diversas autoridades estiveram presentes na cerimônia, dentre elas, o governador Flávio Dino, o presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador José Joaquim Figueiredo e o presidente da Assembleia Legislativa, deputado Othelino Neto.

Ricardo Duailibe e Cleones Cunha haviam aclamados aos novos cargos no dia 18 de dezembro do ano passado. Na ocasião, o desembargador Cleones Cunha assumiu como membro efetivo da Corte, substituindo o desembargador Raimundo Barros, cujo biênio havia sido encerrado no dia anterior.

Em seu discurso, Ricardo Duailibe disse estar vivendo um "momento particularmente especial" em sua vida. O presidente do TRE-MA classificou a sua nova incumbência de "honrosa e desafiadora", principalmente em um momento social onde as pessoas demonstram insatisfação para com os políticos e existe uma ruptura de valores morais e éticos.

Duailibe destacou o bom trabalho feito pelo seu antecessor, o desembargador Raimundo Barros, e garantiu estar pronto para qualquer tipo de dificuldade que venha a surgir durante sua gestão à frente do TRE-MA.

"Vou dar prosseguimento ao profícuo trabalho do meu antecessor, desembargador Raimundo Barros. Já demonstrei meu perfil. Temos total abertura para o diálogo. Sei que vou encontrar dificuldades, mas não tenho medo de enfrentá-las. Diante do sentimento de insatisfação da sociedade brasileira, se aproxima o momento do voto. Somente o voto consciente e qualificado poderá fazer representantes dignos e valorosos", afirmou o desembargador Ricardo Duailibe.

Sobre a forma de conduzir o tribunal, o presidente do TRE-MA garantiu que seu trabalho será baseado em dois valores morais importantes: dignidade



FOTOS: GILSON TEIXEIRASECAP

Desembargador Ricardo Duailibe foi empossado solenemente presidente do Tribunal Regional Eleitoral



Tenho plena convicção acerca dos meus princípios de que estou capacitado a ser fiel aplicador da Lei do direito, e de fazer prevalecer o equilíbrio, a transparência e a independência, assentado nos valores morais como a dignidade e a ética. Esse é o meu norte

**Ricardo Duailibe,**  
presidente do TRE-MA

e ética. "Tenho plena convicção acerca dos meus princípios de que estou capacitado a ser fiel aplicador da lei do direito, e de fazer prevalecer o equilíbrio, a transparência e a independência, assentado nos valores morais como a dignidade e a ética. Esse é o meu norte", explicou.

## Reconhecimento

Durante a solenidade, a nova Mesa Diretora do TRE-MA reconheceu mais quatro personalidades com a Medalha do Mérito Eleitoral Ministro Arthur Quadros Collares Moreira, maior honraria da Justiça Eleitoral maranhense.

As personalidades homenageadas foram: o desembargador Carlos Eduardo Cauduro Padin, presidente do TRE São Paulo; o desembargador Márcio Vidal, presidente do TRE Mato Gros-

so e presidente do Colégio de Presidentes de TREs (Coptrel); a juíza Suely de Oliveira Santos Feitosa, membro substituto do TRE maranhense; e o advogado Telson Luís Cavalcante Ferreira, presidente do Colégio Permanente de Juristas de Tribunais Eleitorais (Copeje).

A Medalha do Mérito Eleitoral Ministro Arthur Quadros Collares Moreira destina-se a homenagear pessoas físicas e entidades, nacionais e internacionais, nas classes de juristas, servidores da Justiça Eleitoral e colaboradores que mereçam especial distinção por seus méritos e relevantes serviços prestados. Ela foi instituída pelo TRE-MA em 12 de agosto de 2003 e recebeu esse nome em memória ao primeiro maranhense a tomar assento na Corte do Tribunal Superior Eleitoral.

## FAKE NEWS

O novo comando do TRE-MA terá uma missão bastante importante: conduzir as eleições deste ano no estado. O objetivo é atuar de forma que o pleito de 2018 transcorra da melhor forma possível. Tanto que uma das maiores preocupações da nova Mesa Diretora do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão é com as fake news, que são informações falsas que circulam pelas redes sociais. Em entrevista recente ao jornal **O Imparcial**, o desembargador Ricardo Duailibe falou sobre o assunto e disse que a Justiça Eleitoral precisará agir com rigor. "O que mais nos assusta é que não se tem ainda um mecanismo técnico para saber como a gente vai poder evitar. Acho que evitar vai ser muito difícil. Agora, temos que ser rigorosos para combater quando isso acontecer", disse. Outro aspecto da nova mesa diretora do TRE-MA é com relação à transparência das eleições. O corregedor do tribunal, desembargador Cleones Cunha, garantiu que a Justiça Eleitoral irá evitar fraudes no pleito de 2018. "Vamos planejar as eleições de 2018 para que possamos fazer um processo eleitoral transparente, sério, sem risco de fraudes e, acima de tudo, que se respeite a vontade do cidadão maranhense, do eleitor maranhense", afirmou.



**Plenário Ernani Santos ficou completamente lotado para acompanhar solenidade de posse da nova Mesa Diretora do TRE-MA**

## Governo registrou mais de 13.900 encaminhamentos e cumprimentos de alvarás de soltura de presos em 2017

Em 2017, foram registrados pelo Governo do Maranhão, 13.991 encaminhamentos e cumprimentos de alvarás de soltura de presos. Os dados são da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (Seap), por meio de sua Supervisão de Gestão de Alvarás (SGA), setor responsável em analisar as ordens emitidas pela autoridade Judiciária, destinadas ao sistema prisional do estado.

"Esse número é 14,18% maior que o registrado em 2016, quando foram cumpridos 12.008 pareceres que, por sua vez, foi 45% maior que o alcançado em 2015 (6.612 pareceres). Ou seja, a cada ano, a demanda tem sido cumprida de forma efetiva, e muito mais célere que em 2014, quando o número foi de apenas 2.822 pareceres", destaca o secretário da Seap, Murilo Andrade de Oliveira.

O aumento anual no número de procedimentos se deu, principalmente, com a implantação, em novembro de 2016, do alvará eletrônico, emitido do 'Malote Digital'. Com a nova tecnologia em funcionamento foram reduzidos, ou até mesmo eliminados, os entraves administrativos para restituir a liberdade aos beneficiários dos alvarás de soltura, sejam eles internos de unidades prisionais ou de delegacias.

"O sistema 'Malote Digital' é extremamente seguro, pois contém recursos de segurança como a criptografia dos documentos analisados e emitidos pelo próprio juiz, o que permite total confiabilidade no cumprimento de ordens judiciais e, ao mesmo tempo, seu envio é simples como o de um e-mail, por exemplo", explica o supervisor de Gestão de Alvarás (SGA) da Seap, Samyr Duarte Kzam.

O sistema 'Malote Digital' é totalmente sigiloso e seguro, sendo acessado apenas por pessoas autorizadas. Antes da nova ferramenta, o cumprimento era feito apenas nos dias de semana, em horário de expediente, demandando que um oficial de justiça levasse os alvarás em cada estabelecimento penal para ser entregue em mãos ao diretor do respectivo estabelecimento penal para ser cumprido.

**Supervisão** - A Supervisão de Gestão de Alvarás (SGA), que atualmente funciona no Fórum de São Luís, bairro Calhau, é formada por 13 profissionais, sendo 9 Especialistas Penitenciários Jurídicos (EPJ's) e 3 Técnicos Penitenciários Jurídicos. O novo local, por ser mais perto do Poder Judiciário, garante mais celeridade ao cumprimento de solturas determinadas pelo Poder Judiciário.

## Informe JP

### **Caso João Leocádio**

Quase 13 anos após o crime, o assassinato do prefeito de Buriti Bravo, João Henrique Borges Leocádio (PDT) – ocorrido em 10 de março de 2005 – terá, finalmente, um julgamento. Sentará no banco dos réus, na segunda (5), no Fórum do Calhau, Wytamar Costa da Silva, um dos três acusados por envolvimento no crime.

Ele foi preso em 2005, mas desde 2008 está em liberdade.

### **Outros acusados morreram**

Os outros dois acusados pelo assassinato (que teve grande repercussão dentro e fora do estado), o ex-prefeito Wellington de Jesus Fonseca Coelho, o 'Tico', e Antônio Marcos Alves da Costa, o 'Marcão do Deti', tiveram os processos extintos, por já terem falecido.

# Cláudio Humberto



www.diariodopoder.com.br

Com André Brito e Tiago Vasconcelos

*“O orçamento de 2019 já não cumprirá a regra de ouro”*

Ministro Dyogo Oliveira (Planejamento) defende aprovar a reforma da Previdência

## Juízes não pagam imposto sobre auxílio-moradia

Os “privilégios do Poder Judiciário” estão na mira de deputados e senadores, que prometem pôr fim a penduricalhos como auxílio-moradia de R\$4.377 mensais, que juízes recebem ainda que sejam donos dos imóveis onde residem. Os parlamentares, que não falam em suprimir idêntica regalia no Legislativo, afirmam que no Judiciário não se paga imposto sobre auxílio-moradia e outros rendimentos.

### **Farra bilionária**

Só no Judiciário, o custo do auxílio-moradia supera R\$1 bilhão anuais. Outro bilhão são gastos do mesmo modo no Executivo e no Legislativo.

### **‘Verbas indenizatórias’**

Auxílio-moradia e diárias, muito usadas para engordar salários, para a Receita entram na categoria de “verbas indenizatórias não-tributáveis”.

### **Atrasado sem impostos**

Quando se recebem atrasados, no Judiciário, não se pagam impostos. “Atrasados” são também “verba indenizatória” não tributável.

### **Confiança no STF**

O ministro aposentado Carlos Ayres Britto é um otimista. Ela acha que o Supremo Tribunal Federal vai acabar com auxílio-moradia na Justiça.

# Determinada prisão preventiva de médico acusado por suposta omissão de socorro

**PÁG. 12 (C1)**

DIVULGAÇÃO



O médico Paulo Roberto Penha Costa teria omitido socorro a um recém-nascido em Pinheiro

## Pinheiro

# Determinada prisão preventiva de médico acusado por suposta omissão de socorro

Acatando o parecer do Ministério Público do Maranhão (MPMA), a Justiça determinou, na quinta-feira (1º), a prisão preventiva do médico Paulo Roberto Penha Costa, que teria supostamente omitido socorro a um recém-nascido que faleceu no Hospital Materno Infantil de Pinheiro, na madrugada do mesmo dia.

Para a Justiça, o médico (que estava de plantão na unidade de saúde) “mesmo ciente da situação do recém-nascido assumiu o risco da morte (do bebê) ao negar atendimento ao mesmo sob o argumento de que era paciente de outra cidade”.

A decisão, proferida pela juíza Tereza Cristina Palhares Nina, deferiu o parecer emitido pelo promotor de justiça Frederico Bianchini Joviano dos Santos.

Na visão de Santos, deve ser destacada a rapidez da atuação do Ministério Público e do Poder Judiciário para dar uma resposta ágil à população.

### **SEM ATENDIMENTO**

Nascida em São Bento, a 40 Km de Pinheiro, a criança necessitava de uma incubadora, inexistente no município de origem, ocasionando a transferência ao hospital. O recém-nascido chegou à unidade de saúde e ficou agonizando na ambulância, à espera do socorro do médico.

Ao ver a criança agonizando, o policial Raimundo Rodrigues Matos foi falar com Paulo Roberto Costa, que se negou a sair do quarto para atender o recém-nascido, que estava em estado crítico.

O relato do policial é reforçado pelos depoimentos das enfermeiras do hospital.

As profissionais também foram falar com o médico, que teria omitido socorro à criança, que veio a falecer.

Na decisão, a Justiça indeferiu o pedido da defesa de Paulo Roberto Costa para a redução da fiança de 50 salários-mínimos, inicialmente arbitrada pela Delegacia de Pinheiro.

### **TRANSFERIDO PARA PEDRINHAS**

O médico Paulo Roberto Penha Costa foi transferido da Unidade Prisional Regional de Pinheiro para a Penitenciária de Pedrinhas, em São Luís, na manhã dessa sexta-feira (2). Segundo o atual advogado de Paulo Roberto, Hilton Oliveira, a transferência ocorreu porque ele tem ensino superior, sendo necessária uma cela especial. Como a UPR de Pinheiro não possui esse tipo de cela, o médico foi mandado para Pedrinhas.

## **Desembargador Jaime Ferreira de Araújo é o plantonista de 2º Grau neste fim de semana**

O desembargador Jaime Ferreira de Araújo é o plantonista de 2º Grau da Justiça estadual de ontem (2) até domingo (4), período em que serão recebidas apenas demandas urgentes, nas esferas cível e criminal, incluindo pedidos de habeas corpus, mandados de segurança, medidas cautelares (por motivo de grave risco à vida e à saúde das pessoas), decretação de prisão provisória, entre outros. Os servidores plantonistas são: João Paulo Teixeira S. Cordeiro e Thiago Luís S. Fontenelle. O telefone celular disponibilizado para contato no 2º Grau é o (98) 98815-8344. O serviço funciona em regime de sobreaviso. Desde o dia 31 de julho, o Plantão do 2º Grau recebe as demandas exclusivamente pelo Processo Judicial Eletrônico (PJe), com algumas exceções.

SÃO LUÍS – No 1º Grau – Comarca da Ilha – Os juízes Joseane de Jesus Corrêa Bezerra (3ª Vara da Família) e Marcelo Elias Matos e Oka (juiz auxiliar) respondem, respectivamente, pelos plantões cível e criminal. Quem auxilia os magistrados durante o plantão desta semana são os secretários judiciais Maria

Divina de Carvalho Santos (3ª Vara da Família) e Raimundo dos Santos Oliveira Júnior (3ª Vara Criminal).

Antes de dirigir-se ao local de atendimento, deve-se entrar em contato com os servidores plantonistas pelos telefones celulares (98) 98811-2153 (Cível) e (98) 98802-7484 (Criminal). O plantão funciona para recebimento somente de demandas urgentes. Não são recebidos pedidos por meio do PJe (Processo Judicial Eletrônico). Todas as petições devem ser entregues em meio físico (impressas em papel), diretamente no local do plantão, no Fórum Des. Sarney Costa (Calhau).

Os plantões ocorrem no período noturno de segunda a sexta-feira e durante 24 horas nos sábados, domingos e feriados, no Fórum Des. Sarney Costa (Calhau). Também é mantido plantão noturno (segunda a sexta-feira) para registro de óbito e plantão de 24 horas (sábado e domingo), sob a responsabilidade dos cartórios de Registro Civil. O plantão deve ser acionado pelo telefone (98) 98112-2794.

**Reafirmo a disposição permanente pelo diálogo, de modo a resguardar a Justiça Eleitoral como uma das instituições de maior credibilidade. A Justiça Eleitoral estará permanentemente apta a cumprir o seu papel constitucional, de modo a realizar as eleições com absoluta segurança, lisura e transparência (desembargador Ricardo Tadeu Duailibe, novo presidente do TRE-MA)**

# Governador prestigia posse dos novos dirigentes do TRE-MA

DIVULGAÇÃO



Flávio Dino cumprimenta o desembargador Ricardo Duailibe, ao lado do deputado Othelino Neto e do desembargador José Joaquim

O governador Flávio Dino prestigiou, na tarde desta sexta-feira (2), a solenidade de posse dos novos dirigentes do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão (TRE-MA). A solenidade foi realizada no auditório Dr. Ernani Santos, na sede do Tribunal, na Areinha. Tomaram posse os desembargadores Ricardo Tadeu Bugarin Duailibe e Cleones Carvalho Cunha. Eles foram aclamados presidente e corregedor do TRE-MA, respectivamente, em sessão administrativa realizada no dia 18 de dezembro. A cerimônia marcou ainda a entrega da medalha do Mérito

Eleitoral Ministro Arthur Quadros Collares Moreira. Receberam a honraria: o desembargador Carlos Eduardo Cauduro Padin, presidente do TRE São Paulo; o desembargador Márcio Vidal, presidente do TRE Mato Grosso e presidente do Colégio de Presidentes de TREs (Coptrel); a juíza Suely de Oliveira Santos Feitosa, membro substituto do TRE maranhense; e o advogado Telson Luís Cavalcante Ferreira, presidente do Colégio Permanente de Juristas de Tribunais Eleitorais (Copeje). É a maior honraria da Justiça Eleitoral Maranhense.

O desembargador Ricardo Tadeu Bugarin reforçou a importância da credibilidade da Justiça Eleitoral. “Reafirmo a disposição permanente pelo diálogo, de modo a resguardar a Justiça Eleitoral como uma das instituições de maior credibilidade. A Justiça Eleitoral estará permanentemente apta a cumprir o seu papel constitucional, de modo a realizar as eleições com absoluta segurança, lisura e transparência. Estou preparado para aceitar este desafio e trabalharemos para conscientizar o leitor, para que saiba escolher o melhor e garantir a manutenção da democracia”,

afirmou o novo presidente do TRE-MA.

Prestigiando a posse do novo presidente, o governador Flávio Dino também ressaltou a importância da Justiça Eleitoral para a democracia. “A Justiça Eleitoral é a guardiã da soberania do voto popular, e por isso tem um enorme papel no nosso estado e no nosso país. Faço questão de estar aqui neste momento, sublinhando a minha confiança de que as eleições deste ano serão bem dirigidas e bem conduzidas, marcadas pelo debate programático e de ideias, para que a democracia volte à sua plenitude e se reafirmem as virtudes do estado de direito, tal como se emane da vontade do povo”, disse Flávio Dino.

Além do governador do Maranhão e do novo presidente, compuseram a mesa de honra da solenidade: o presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos; o presidente da Assembleia Legislativa do Maranhão, deputado Othelino Neto; o presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso e presidente do Colégio de Presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais (Coptrel), desembargador Márcio Vidal; o corregedor regional eleitoral, desembargador Cleones Carvalho Cunha; o procurador regional eleitoral substituto Juraci Guimarães Júnior; o diretor-geral do TRE, Flávio Vinicius Araújo Costa; o prefeito de São Luís, Edivaldo Holanda Júnior; o presidente da seccional maranhense da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Thiago Diaz; a juíza substituta Suely de Oliveira Santos Feitosa; e os juízes Júlio Praseres e Eduardo José Leal Moreira.

## Informe JP

### **Sessão solene marcará abertura dos trabalhos da Assembleia na 2ª-feira**

A Assembleia Legislativa do Maranhão realiza, na segunda-feira (5), às 17h, no Plenário Nagib Haickel, a Sessão Solene de abertura dos trabalhos referentes à 4ª Sessão Legislativa da 18ª Legislatura.

Antes, a cerimônia de abertura vai contar com o hasteamento das bandeiras do Brasil, do Maranhão e de São Luís, às 16h, seguida da chegada do presidente da Assembleia, deputado Othelino Neto (PCdoB), marcada para às 16h25, que passará em revista às tropas da Polícia Militar, às 16h30, e, em seguida, presidirá o desfile e a Sessão Solene que, efetivamente, marcará a abertura dos trabalhos do Poder Legislativo Estadual.

A Sessão Solene será aberta, às 17h, com a leitura da mensagem governamental pelo governador Flávio Dino (PCdoB), a exemplo dos anos anteriores, na qual o Governo do Estado presta contas do trabalho realizado e anuncia as ações a serem desenvolvidas.

A mensagem do Poder Judiciário deverá ser entregue pelo novo presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ/MA), desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos.

## **TJMA realiza pagamento de retroativo na próxima sexta**

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) fará - na próxima sexta-feira (9) - o pagamento do percentual de 5% referente ao retroativo do reajuste salarial relativo ao mês de dezembro de 2017, cuja inclusão não ocorreu em janeiro em decorrência do tempo exíguo para replanejamento e inclusão na folha de pagamento daquele mês.

A nova tabela de vencimentos com o reajuste foi implantada, no âmbito do Poder Judiciário, logo após a publicação da Lei nº 10.772, de 29 de dezembro de 2017. O reajuste foi aprovado na Assembleia Legislativa do Maranhão, no dia 21 de dezembro de 2017.